





questão de responsabilidade moral, mas também uma exigência legal e um princípio fundamental dos direitos humanos.

Pensando no número significativo de sujeitos surdos, participativos de uma comunidade surda e cidadãos ativos de uma sociedade, é de fundamental importância que os espaços sociais levem em consideração a diversidade da população, considerando as necessidades específicas de cada sujeito. Para que isso aconteça, a acessibilidade, em suas diversas configurações, (cultural, arquitetônica, comunicacional e intergeracional), exigem políticas públicas que contemplem planejamento urbanístico, social e cultural, concebidos como parte de um processo fundamental que visa o desenvolvimento das cidades e das pessoas que nela habitam.

Para garantir o direito desses sujeitos surdos nestes diferentes espaços sociais, torna-se desafiador pensar no potencial de uma “cidade educadora”, que acolha as diferentes culturas, inclusive a surda, enxergando o sujeito surdo com toda a sua potencialidade para aprender, conviver, ensinar e partilhar de seus conhecimentos e de sua identidade, pois a diversidade é pressuposto de uma noção de cidade educadora.

Uma cidade educadora é pautada na inclusão, ocupa-se e preocupa-se com todos os seus habitantes. Essa noção é evidenciada na Carta das Cidades (2020), divulgada pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), a qual destaca como um dos seus desafios a promoção do equilíbrio e da harmonia entre identidades e diversidades, salvaguardando os contributos das comunidades que a integram e o direito de todos aqueles que a habitam, sentindo-se reconhecidos a partir da sua identidade cultural. (AICE, 2020).

## **METODOLOGIA**

Este estudo é de natureza qualitativa e tem como procedimentos de investigação o estudo bibliográfico e documental que versa sobre “cidades educadoras” e a inclusão dos sujeitos surdos. Os dados apresentados neste resumo são parciais e fazem parte da revisão de bibliografia sobre o tema.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao refletirmos sobre a Comunidade surda, percebemos que ao longo da história, muitas vezes, houveram percepções errôneas e preconceituosas em relação aos surdos e sua



capacidade de aprender e adquirir conhecimento. Aristóteles, ao achar que o ouvido era o órgão indispensável para instruções educativas, deu sua contribuição para que os surdos fossem vistos como ignorantes, incapazes de receber quaisquer conhecimentos. (Honora, 2009).

Desde a concepção mítica da Antiguidade Clássica, que condenava à escravidão ou à morte pessoas com deficiência, até os dogmas cristãos que passaram a considerar a humanidade dos surdos e as primeiras experiências educacionais no século XVI, os surdos viveram um longo período de obscurantismo e exclusão, como as demais pessoas com deficiência.

Para o reconhecimento e o fortalecimento do movimento de resistência surda, torna-se importante pensar em um espaço ou cidade, que respeite as necessidades e os direitos sociais de tal comunidade. Goitia (2003) explana que cidade é a aglomeração humana fundada num solo convertido em pátria, cujas estruturas internas e externas se constituem e desenvolvem por obra da história, para satisfazer e exprimir as aspirações da vida coletiva, não só a que nelas se desenvolve, mas também da humanidade em geral.

Ao mesmo tempo em que o espaço é produzido, ele também produz as relações, já que sua história acumulada é determinante nas ações e decisões do presente e condicionante para as do futuro; isso porque a produção do espaço urbano vai além da base material. (Goitia, 2003).

O desafio de pensar neste espaço, nesta cidade educadora, como um espaço legítimo que acolha, respeite, promova a cultura surda com suas particularidades e potencialidades, é primordial. Nesse sentido, urge pensarmos em uma cidade educadora que promova o conhecimento acerca do universo cultural, linguístico e diversificado que envolve as pessoas surdas, dando lugar aos sujeitos surdos para exercerem seu protagonismo social.

Entende-se que reconhecer a cidade como lócus educativo é apenas o primeiro passo de uma cidade que educa, pois essa se alça no movimento de oportunizar às pessoas o direito de viver uma democracia plena, em que haja respeito às diferenças.

Certamente, a ideia de cidade educadora e educação estão profundamente interligadas, pois nos permite a reflexão de um espaço promotor de uma aprendizagem contínua. A educação não se limita ao âmbito escolar, ela é essencial para a formação do cidadão e





**Palavras-chave:** Inclusão. Cidades. Surdos. Libras

**AGRADECIMENTOS:** Agradeço à Prefeitura Municipal de Ijuí e à UNIJUÍ pela bolsa de estudos no âmbito do convênio de cooperação técnica, científica e educacional no Curso de Mestrado em Educação nas Ciências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AICE. Associação Internacional das Cidades educadoras. Carta das Cidades Educadoras.2020. Disponível em:<https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidadeseducadoras/>. Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 7 jul. de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL. (2005). **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-06/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-06/2005/Decreto/D5626.htm)  
CELEDÓN, E. R. Inclusão escolar: um desafio. Esteban Reyes Celedón, Lisboa, set., 2005. Disponível em: <http://www.geocities.ws/profestebanpolanco/inclusao.htm>. Acesso em: jul. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000.

GOITIA, F. C. **Breve história do urbanismo.** 5. ed. Lisboa: Presença, 2003.

HONORA, M. FRIZANCO, M. I. E. **Livro ilustrado da Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009, 2010, 2011.

MOLL, J. Reflexões introdutórias ao monográfico «Cidade Educadora: olhares e práticas».Pela utopia de cidades educadoras: por um mundo onde todos tenham lugar. Kultur, v. 6, n. 11, p. 27-38, 25 jul. 2019.